

A BANCA, HOJE...

A Banca tem estado a viver, nos últimos tempos, uma agitação invulgar, resultante das contradições provocadas pelo cada vez maior processo de concentração do capital, com a acelerada transferência da riqueza dos sectores produtivos para os sectores especulativos, pela luta intestina de interesses entre centros do capital financeiro e, nos últimos meses de 2007, pela crise do “sub prime” (empréstimos de alto risco e baixa qualidade) nos EUA e seus reflexos na Europa.

Esta situação trouxe a público aquilo que há muito denunciávamos e em que muitos não acreditavam:

. O cada vez maior domínio e utilização do aparelho de Estado pelo capital financeiro – é escandalosa a desfaçatez com que o Governo indica os seus representantes na administração do banco com maioria de capitais públicos (CGD), sem qualquer salvaguarda que os impeça de se transferirem com “armas e bagagens” (isto é, conhecimento da estratégia delineada e dos melhores clientes) para o maior banco privado e seu principal concorrente;

. A clara promiscuidade entre os partidos da política de direita – PS/PSD/CDS – e os interesses da alta finança, com trocas directas de “testas de ferro” do capital entre o Governo e altos cargos dos bancos e vice-versa;

. O cair da máscara de rigor e seriedade, quer dos banqueiros (veja-se o que escondia a pretensa competência e o aparente ascetismo de Jardim Gonçalves), quer dos responsáveis do Banco de Portugal – como é possível que o Governador deste banco, Vítor Constâncio, constate que não pode efectuar uma supervisão que não dependa das informações dos banqueiros e nunca “tenha mexido uma palha” para que fosse produzida legislação que desse conteúdo ao objectivo prosseguido pelo BP, tarefa que lhe foi atribuída e pela qual recebe obscenos ordenados;

. A opção por negócios especulativos, esconsos e improdutivos em prejuízo do apoio às actividades produtivas e potenciadoras do desenvolvimento sustentado do país e às pequenas e médias empresas;

. O desprezo que o Governo e os banqueiros manifestam pelos interesses do desenvolvimento sustentado da economia nacional, do povo português e dos trabalhadores da Banca, que são ainda mais explorados do que os restantes trabalhadores.

Salários e lucros

De facto, os trabalhadores da banca recebem uma percentagem inferior do montante financeiro global resultante da actividade da Banca (produto bancário) do que a generalidade dos trabalhadores do país recebe do produto nacional (PIB). Em 2004 (último ano disponibilizado pela APB), essa percentagem foi de 26,4% para os trabalhadores da banca, enquanto para os trabalhadores em geral atingiu os 35,1%. E em 2000, havia sido de 29,2% para os trabalhadores da banca e de 35,6 para os trabalhadores em geral; note-se que são aqui contabilizados os chorudos vencimentos dos administradores e altos quadros.

Entretanto, os lucros dos bancos continuam a aumentar em percentagens que atingem as dezenas, como se pode constatar pelos dados já adiantados pelo BES e pelo BPI; enquanto a inflação, sendo sempre superior à prevista pelo Governo (que é indicada apenas para diminuir os salários) foi de 2,5% em 2007.

Assim, a banca (com as seguradoras) assume um papel determinante na evolução da economia do país, acabando por deter o poder económico e de decisão nos restantes sectores de actividade.

E, como se disse, a exploração do trabalho na banca é ainda maior do que na generalidade dos sectores de actividade. E contra toda a independência e o rigor técnico a que está obrigado, vem o BP, no seu Boletim Económico da Primavera 2007, entrar na campanha de propaganda em curso para baixar ainda mais os salários e falar em “rigidez salarial”...

Questão sindical

Tal só é possível, porque a situação sindical na Banca e a unidade dos trabalhadores na defesa dos seus direitos atingiu níveis de degradação inimagináveis, com o conluio existente entre os banqueiros, o Governo e os Sindicatos da UGT.

É necessário alterar esta situação e perspectivar uma acção que defenda os direitos dos trabalhadores, do povo português e da economia nacional.

É necessário que os trabalhadores da Banca readquiram a dignidade que os caracterizou, na luta por melhores condições de vida e de trabalho, em conjunto com os trabalhadores organizados no movimento sindical unitário.

Maior peso do Estado na Banca

Também é necessário, tal como o PCP concluiu na sua Conferência Nacional sobre questões económicas e sociais, assegurar na banca, sector básico e estratégico da economia nacional, “um sector público com uma dimensão e peso determinantes”, fazendo reverter para o “sector público, por nacionalização e/ou negociação adequada, empresas e sectores privatizados”, para se afirmar um sector empresarial do Estado forte e dinâmico, ao serviço dos interesses nacionais e a manutenção dos centros de decisão no país.

Aliás, mesmo as economias capitalistas mais fortes da UE, Alemanha ou França, têm um sector empresarial do Estado percentualmente maior do que o português. ◀

Montepio

Está chegando a hora dos “donos do banco” exercerem os seus poderes

No Montepio reina a desorientação.

Eles anunciaram que era necessário encolher os custos com pessoal, mas aumentaram-se fortemente a eles próprios e à sua corte.

Eles gastam rios de dinheiro em publicidade televisiva, mas a quota de mercado do “banco” não cresce.

Eles contratam serviços de “outsourcing” por preços mais elevados do que os apresentados por outras firmas concorrentes, para que o negócio continue na mão de “amigos” que, com certeza, lhes agradecem devidamente.

Eles gastam rios de dinheiro em consultorias que produzem trabalhos tecnicamente mal fundamentados e que não são aplicáveis a curto prazo, sem um “ai”, sem uma reclamação.

Eles economizam em remunerações e categorias profissionais, colocando subgerentes a fazer o papel de gerentes com o nome de “responsável” e continuando a pagar-lhes com o vencimento da categoria profissional de subgerentes, enquanto os sindicatos da UGT dizem, com a lata habitual, que está tudo bem.

Eles, conjuntamente com os Sindicatos da UGT, seus cúmplices objectivos, mantêm uma situação de subcapitalização do fundo de pensões e empurram com a barriga para quem vier a seguir que resolva o problema.

Associados, clientes e trabalhadores, desde que não pertençam à corte, são diariamente mal tratados e espoliados dos seus direitos.

Diariamente, dezenas de associados abandonam a Associação Mutualista, escolhendo outro rumo para as suas poupanças.

Eles disseram na publicidade que os Associados eram os donos do banco. Está na altura de o sermos de facto.

Está na altura de todos aqueles que são associados do Montepio passarem a participar nas assembleias-gerais e exercerem os seus direitos, nomeadamente o direito à indignação e à reclamação, caminhando para um exercício de um direito ainda mais substantivo: substituir esta Administração por outra que ponha em primeiro lugar os interesses dos Associados. ◀

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A “nova” anedota do capitalismo e dos banqueiros

Basta folhear com atenção um jornal para, com grande probabilidade, tropeçarmos num artigo de opinião ou num anúncio que invariavelmente falam da responsabilidade social das empresas.

A responsabilidade social entrou no léxico dos gestores, dos banqueiros e da corte dos jornalistas atentos e veneradores que ampliam as suas palavras.

Qualquer gestor e banqueiro que se preze manda publicar, em anexo aos seus relatórios e contas, relatórios sobre a responsabilidade social desenvolvida pelas suas empresas.

Diminui-se o emprego permanente na empresa, mandando mais uns tantos para a reforma antecipada e outros para “rescisões amigáveis”? – Que importa isso se, nesse ano, a empresa deu mil euros à associação das “tias”?

Não se cumpre a lei, nem a legislação laboral? Qual a importância disso? - O que importa é salientar que os concertos do músico “X” só foram possíveis com as políticas culturais e de responsabilidade social do nosso banco.

Neste mundo do capital, reinante de hipocrisia, gasta-se meio milhão de euros em donativos e cinco milhões em campanhas publicitárias para divulgar esses donativos. ◀

BBPI

O QUE CUSTAM OS MILIONÁRIOS LUCROS

Os lucros de 355,1 milhões de Euros, no exercício de 2007, representam um aumento de 15% em relação a 2006 e são o resultado de uma ainda maior apropriação das mais valias criadas no sector produtivo, dos lucros criados nos mais variados sectores, e de um aumento da exploração dos seus trabalhadores, cujos aspectos mais visíveis são:

- . A intensificação dos ritmos de trabalho;
- . O prolongamento da jornada de trabalho gratuitamente;
- . O incumprimento do ACT e da legislação laboral;
- . Os prémios “falsamente” por objectivos;
- . O uso e abuso da mobilidade funcional e geográfica;
- . A subavaliação dos quadros da empresa;
- . O recurso frequente a admissões de trabalhadores oriundos da concorrência para funções e cargos mais qualificados, com prejuízo sério dos trabalhadores do Banco BPI e com objectivos eticamente reprováveis;
- . A redução dos salários dos trabalhadores (aumentos inferiores à inflação);
- . A redução dos direitos dos trabalhadores, através do Código do Trabalho e das alterações do ACT negociadas pelos sindicatos da UGT;
- . A Medicina no Trabalho entregue a uma empresa não licenciada, o que não dá qualquer segurança – por exemplo, há cerca de um ano, análises de rotina detectaram a existência da bactéria “legionela” no ar condicionado do edifício da Casal Ribeiro e, na mesma altura, o Eng.º responsável pelo ar condicionado apareceu infectado com tal bactéria e acabou por falecer; como não se conseguiu determinar que se tratou da mesma estirpe de bactéria, o Banco ou a Companhia de Seguros não assumiram qualquer responsabilidade; mas a coincidência de, antes, ter aí havido, de acordo com colegas oriundos do Banco de Fomento, outros falecimentos motivados por aquela bactéria, dá que pensar...



Perante todo este quadro é necessário inverter tais práticas, participando e desenvolvendo acções de luta que obriguem o Banco BPI, e a Banca em geral, a financiar projectos de interesse nacional, geradores da criação de riqueza, de expansão do sector produtivo e de postos de trabalho. Só esta prática é que promoverá o desenvolvimento do país, o bem estar da população e, simultaneamente, o respeito pelo regime democrático em todas as suas vertentes – política, económica, cultural e social – melhorando as condições de vida e de trabalho dos seus trabalhadores.

Os trabalhadores do Banco BPI e todos os que trabalham na Banca e para a Banca podem contar com a Organização do PCP no sector bancário.

Nós contamos convosco.

BREVE

Governo britânico nacionaliza Banco

Segundo os jornais, o Governo inglês resolveu nacionalizar o Banco Northern Rock e é a primeira vez, desde há 25 anos, que o governo de sua majestade nacionaliza um banco.

Mas essa nacionalização não ocorreu para colocar esse banco ao serviço dos cidadãos do Reino Unido.

Ao contrário, essa nacionalização ocorreu para evitar a falência desse banco, na sequência da crise do “sub prime” e depois de o Banco de Inglaterra nele ter injectado 55 mil milhões de libras.

Assim se faz a velha máxima do capitalismo – *privatizam-se os lucros e nacionalizam-se os prejuízos.*

Espera-se agora que os inefáveis homens do Compromisso Portugal, e os comentadores encartados da nossa praça mostrem nos seus artigos de opinião a sua revolta perante esta medida que, noutra contexto, era sempre apresentada como uma decisão ruínosa, uma ameaça às liberdades e à livre concorrência.

ASSIM VAI O BES...

O Banco Espírito Santo, como é conhecido, domina uma boa parte da actividade empresarial portuguesa, desde a económica financeira até à futebolística.

O Grupo Banco Espírito Santo tem também a particularidade de ser, em Portugal, o principal grupo financeiro de um dos centros dominantes do capital financeiro multinacional.

Os resultados líquidos do exercício de 2007, não auditados, totalizaram 607,1 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 44,3%, em relação a 2006.

Lamentavelmente, “O Melhor Banco do Ano em Portugal” não pratica a melhor política de pessoal como seria justo; senão vejamos:

LUCROS

A comparticipação dos trabalhadores nos lucros não é equilibrada. Não são distribuídos de uma forma justa e transparente; em vez disso o BES criou formas e métricas absurdas, para justificar a cada vez maior discriminação, que deixa de fora muitos trabalhadores, que dão um contributo tão válido como os restantes.

PROMOÇÕES POR MÉRITO

Assiste-se à subversão do princípio da promoção por mérito. Promove-se muitas vezes quem sai mais barato promover, ou quem subiria de nível por progressão de carreira - as chamadas promoções “queimadas”, atribuídas a quem está prestes a subir de nível por antiguidade. Desta forma, o BES diz cumprir o contrato, mas não deixa de ofender os direitos dos trabalhadores, ao não permitir uma progressão de carreira por verdadeiro mérito.

REFORMAS

Também aqui, contra tudo o que se tem feito até à data, o BES alterou para pior a política de reformas que praticava, “obrigando” a ida para a reforma dos seus trabalhadores, com a retirada de regalias e direitos adquiridos. Também neste caso, não aceitamos a posição da entidade patronal. Quanto maior o lucro, maior o desrespeito e mais prejudicados vão os trabalhadores do BES para a reforma.

CÓDIGO DE CONDUTA

Mais um atropelo à Lei. O recente Código de Conduta, a circular nas empresas do Grupo Espírito Santo, tem artigos que violam os mais básicos direitos humanos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Apesar das ilegalidades, o BES insiste em impor a sua vontade aos trabalhadores.

DIREITO A FÉRIAS

É o exemplo mais recente da prepotência do Banco, que ainda está classificado como uma das “melhores empresas onde trabalhar” (desceu 10 lugares) – a continuar assim, vai certamente deixar de constar da lista. De facto, no processo de marcação de férias impera a vontade do patrão, contra o Código de Trabalho e ACT do sector.

Os bancários comunistas criticam fortemente e lutam contra este tipo de actuações, vindas de um Grupo Financeiro que apresenta lucros escandalosos e contribui para a degradação geral das condições de vida dos trabalhadores.

BES cobra mais de cem euros pelo encerramento de contas de clientes

Já conhecíamos as comissões que os bancos cobram a propósito de tudo e de nada aos clientes e que fazem com que a generalidade dos portugueses paguem importâncias avultadas pelo facto de terem uma conta bancária e de nessa conta terem uns “euritos”, que não rendem nada, para pagarem as despesas do mês.

Mas a imaginação e a gula dos banqueiros não tem limites. A comunicação social denunciou que o BES começou a cobrar uma comissão, de cerca de cem euros, aos clientes que pretendem liquidar a sua conta nesse banco.

Paga-se para entrar, paga-se para estar e agora paga-se também para sair, sempre mas sempre perante o olhar atento do inefável governador do Banco de Portugal.

Será que teremos de voltar a ter, de novo, o dinheiro debaixo do colchão.

33º Aniversário da Nacionalização da Banca

Durante o Mês de Março, em data e local a anunciar, vamos retomar a comemoração da nacionalização da banca, numa perspectiva de futuro.